

A. I. N° - 281318.0103/09-5
AUTUADO - ISAAC MONÇÃO CALDAS
AUTUANTE - JOÃO CARLOS MEDRADO SAMPAIO
ORIGEM - INFRAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET 02.09.2009

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0239-05/09

EMENTA: ICMS. ENTRADA DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 11/03/2009, exige ICMS, no valor histórico de R\$1.861,49, por omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, acrescido da multa de 70%.

O autuado ao impugnar o lançamento tributário, preliminarmente, diz que encontra-se dispensada de escrituração fiscal, conforme inciso II do art. 315 do RICMS do Estado da Bahia, Alterações nº 09 e Decreto nº 7.466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98, efeitos de 01/01/99 a 30/06/07, o qual transcreveu.

No tocante as obrigações de acordo com o estabelecido pela Lei 8.967/2003 e Decreto 8.969/2004, que instituiu a cobrança parcial do imposto nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas à comercialização, aduz foi feita rigorosamente nos prazos fixados de acordo com cópias de DAES, notas fiscais e respectivas planilhas de cálculos que anexa ao PAF.

Reitera que, na condição de Empresa de Pequeno Porte, não é obrigado a registrar às notas fiscais de entrada e saída, além do fato que as notas foram apresentadas corretamente ao auditor e este não observou que estavam em seu poder na época em que foi lavrado o Auto de Infração, induzindo ao erro.

Ao finalizar, requer a nulidade da autuação.

O auditor autuante, fl. 54, ao prestar a informação fiscal, diz que o contribuinte regularmente intimado não apresentou as notas fiscais cobradas na presente autuação, só sendo possível a obtenção dos respectivos documentos a partir da solicitação das devidas vias retidas através do sistema CFAMT.

Diz que não subsiste a alegação do contribuinte quanto a dispensa do registro das notas fiscais de entrada, pelo fato que, não obstante a dispensa de registro, permanece obrigado a guardá-las pelo prazo decadencial, para eventual apresentação à autoridade fazendária.

Transcreve o art. 403 do RICMS/97 e observa que, conforme alterações regulamentares introduzidas pelo Decreto nº 8.969/2004, o recolhimento por antecipação parcial do imposto não gera direito ao crédito no regime simplificado de apuração tributária, posto que os contribuintes que apurem o imposto em função da receita bruta ou aqueles optantes pelo regime de tributação simplificado-SimBahia, não farão jus ao crédito, em face da sistemática de apuração atinente ao regime tributário pelo qual fizeram opção.

VOTO

Da análise do que consta nos autos do processo, constatei que se trata de Auto de Infração no qual é imputado ao autuado a omissão de saída de mercadorias tributáveis apuradas através de

entradas de mercadorias não registradas.

Em sua defesa o autuado alega que não estava obrigado a escriturar o livro Registro de Entradas, pois é contribuinte enquadrado no Regime do SimBahia, acrescentando que apresentou as notas fiscais, entretanto o autuante não observou.

Entendo que a infração em tela não pode prosperar, uma vez que, estando o autuado enquadrado no Regime do SimBahia, na época de entradas das mercadorias, o mesmo encontrava-se dispensado de escriturar o livro Registro de Entrada, apesar de ter sido intimado, indevidamente, pelo autuante, fl. 17.

A presunção prevista no art. 2º, inciso § 3º, IV, do RICMS/97, somente poderia ser aplicada contra o autuado, caso o autuante tivesse realizado sua auditoria no livro Caixa, este sim, o contribuinte estava obrigado à escriturar. Como a base da autuação foi a falta de registro no livro Registro de Entrada, não cabe a aplicação da deferida presunção.

Ressalto ainda, que o contribuinte comprovou, mediante cópia das notas fiscais e DAE, fls. 25 a 50, que recolheu o ICMS – Antecipação Parcial relativo à todas notas fiscais que o autuado alegou que não foram escrituradas.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281318.0103/09-5**, lavrado contra **ISAAC MONCAO CALDAS**.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de agosto de 2009.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE/RELATOR

ALEXANDRINA NATALIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR